

FACULDADES FORTIUM

REJANE CANDIA DOS SANTOS

**PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O PROCESSO DE
EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRO**

BRASÍLIA – 2010

FACULDADES FORTIUM

REJANE CANDIA DOS SANTOS

**PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O PROCESSO DE
EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRO**

Artigo apresentado a Faculdades Fortium
como requisito de Conclusão do curso de
Pós-Graduação em Direito Processual
Civil.

BRASÍLIA – 2010

Dedico este trabalho a minha família, Willians (Tuca), amado marido, Júnior e Caio, filhos queridos, dádivas de Deus, Inácia, querida mãe e Arlindo (em memória), saudoso pai, exemplos de vida.

RESUMO

O presente artigo terá por objetivo descrever alguns dos PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS QUE NORTEIAM O PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRO e sua definição, em sintonia com a Constituição Federal, o Código de Processo Civil Brasileiro e os Princípios Processuais.

PALAVRAS-CHAVE: 1) Princípios Processuais, 2) Princípios Informativos, 3) Princípios Fundamentais, 4) Princípios Específicos no Processo de Execução.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 NOÇÕES SOBRE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS.....	7
3 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL.....	9
4 CONCLUSÃO.....	12
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13

1 – INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever os Princípios que regem o Processo de Execução Civil Brasileiro, com enfoque no texto constitucional, no Código de Processo Civil, bem como nos Princípios Gerais do Processo.

Primeiramente, faremos uma breve descrição acerca dos Princípios Processuais, flexibilização de Princípios e o seu significado.

Em seguida discorreremos sobre os princípios específicos no Processo de Execução Civil Brasileiro, como o Princípio da utilidade da execução, da economia da execução, da especificidade da execução, do ônus da execução, dentre tantos outros.

Ao final, buscaremos demonstrar a importância de se conhecer os Princípios que regem o Processo de Execução Civil Brasileiro a fim de identificar a sua correta aplicação no Processo de Execução preservando a garantia e a flexibilidade dos princípios.

2 – NOÇÕES SOBRE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS

Princípios Processuais são normas gerais que congregam valores norteando a atividade processual.

Para Fredie Didier Júnior, são “garantidores de verdadeiros direitos fundamentais processuais”.

2.1 - Flexibilização de Princípios

Mesmo sendo mandamentos do sistema processual, os Princípios não são absolutos.

Podem ser flexibilizados quando em confronto com outros Princípios, fazendo-se um juízo de proporcionalidade.

2.2 – Espécies de Princípios

A doutrina divide os Princípios em duas espécies: Princípios informativos e Princípios fundamentais.

2.2.1- Princípios Informativos

Regras com alto grau de generalidade e abstração aplicando-se a todos os atos e institutos processuais, não se vinculam à ideologia política adotada por cada Estado. São eles:

Princípio lógico: normas elaboradas a proporcionar um desencadeamento lógico dos atos, a fim de identificar os fatos da causa com precisão e alcançar uma

prestação jurisdicional justa.

Princípio jurídico: trâmite processual em conformidade com a lei vigente e garantias constitucionais, proporcionando segurança jurídica, isonomia e justiça.

Princípio político: o processo deve estar em consonância com a estrutura política do Estado.

Princípio econômico: processo deve produzir resultados com mínimo de dispêndios. Processo acessível também do ponto de vista econômico.

2.2.2- Princípios Fundamentais

Os Princípios Fundamentais vinculam-se ao direito positivo vigente, com menor carga de abstração e generalidade. Exemplos de alguns deles:

Princípio do devido processo legal;

Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou do acesso à justiça;

Princípio do juiz natural;

Princípio do contraditório;

Princípio da ampla defesa;

Princípio da publicidade; e

Princípio da economia processual.

3 – PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL

3.1- Toda execução é real – Patrimonialidade

Toda execução é real. O patrimônio do devedor é o garante do cumprimento da obrigação. Não se tem mais a possibilidade da atividade executiva incidir sobre a pessoa do devedor: “*Manus injectio*” (corrente no pescoço).

A atividade jurisdicional executiva incide direta e exclusivamente sobre o patrimônio e não sobre a pessoa do devedor. No entanto, temos uma exceção ao princípio ao tratar-se de devedor de alimentos, onde a atividade executiva incide sobre a pessoa do devedor, acarretando a prisão civil do devedor.

3.2- A execução tende apenas à satisfação do direito do credor

A atividade executiva sobre o patrimônio do devedor há de se fazer, em princípio, parcialmente, isto é, não atingindo todos os seus bens, mas apenas a porção indispensável para a realização do direito do credor. Exato adimplemento, não deve a execução ser meio de punir o devedor.

3.3- Princípio da Utilidade da Execução

A execução deve ser útil ao credor, não se permite execução que traga apenas prejuízo ao devedor, sem qualquer vantagem para o credor. Exemplo: preço vil e que não baste para a satisfação de parte razoável do crédito.

3.4-Princípio da economia da execução – Menor onerosidade

Toda execução deve ser econômica, satisfazendo o direito do credor e sendo menos prejudicial possível ao devedor. Havendo outros meios do credor promover a execução, deverá ser pelo modo menos gravoso ao devedor.

3.5- Princípio da Especificidade da execução – Princípio do Resultado

A execução deve ser específica, propiciando ao credor, na medida do possível, precisamente aquilo que obteria se a obrigação fosse cumprida pessoalmente pelo devedor. Permite, porém a substituição da prestação pelo equivalente em dinheiro (perdas e danos).

3.6- Princípio do ônus da execução – Responsabilidade do devedor

A execução corre às expensas do devedor. Todas as despesas da execução são encargos do devedor. A obrigação do devedor moroso é a de suportar as consequências do retardamento da prestação, devendo, além de reparar a dívida principal, também todos os prejuízos acarretados ao credor. Inclusive os honorários advocatícios do exeqüente.

3.7- Princípio do respeito à dignidade humana

A execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana. Não pode causar a ruína, a fome, o desabrigo do devedor e de sua família. Têm-se a impenhorabilidade de certos bens como os salários, instrumentos de trabalho, bens de família – Princípio constitucional de dignidade

humana (CF, art 1º, III).

3.8- Princípio da disponibilidade da execução

O credor tem a livre disponibilidade do processo de execução. Poderá o credor desistir da execução ou apenas de algumas medidas executivas.

3.9- Princípio da Autonomia

Tem elementos próprios distintos da fase de conhecimento.

3.10- Princípio da Efetividade

O juiz deve tomar todas as medidas necessárias para dar à parte exatamente aquilo que seria dado se o ordenamento fosse cumprido. A regra é o cumprimento da obrigação específica

3.11- Princípio do Contraditório

De acordo com o artigo 5º, LV, da CF, o Princípio do Contraditório é um dos princípios processuais garantidos pela Constituição, devendo ter aplicação no processo de execução, pois existem vários atos em que o devedor deve se manifestar. O Princípio do Contraditório refere-se à defesa do devedor dentro do processo de execução e da necessidade do conhecimento e da manifestação de todos os atos.

4 – CONCLUSÃO

É uma contribuição o estudo acerca dos Princípios que norteiam Processo de Execução Civil Brasileiro.

Buscamos, por meio destas considerações, demonstrar a importância de se conhecer os Princípios que regem o Processo de Execução Civil Brasileiro a fim de identificar a sua correta aplicação preservando a garantia e a flexibilidade dos princípios.

O desenvolvimento e a formação de atividades jurídicas dentro do processo de execução devem levar em consideração a observância dos Princípios que regem o processo de execução. Estes princípios são norteadores na aplicação do direito em busca da justiça

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIDIER JR., Fredie e Leonardo José Carneiro da Cunha e Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira. *Curso de Direito Processual Civil – Vol 5 – Execução*. Editora JusPodivm.
- THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil, Vol. II – Processo de Execução e Processo Cautelar*. Editora Forense.
- OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Direito Processual Civil I - Processo de Conhecimento*. Editora Fortium.
- BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Senado, 2005.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em [http:// www.presidencia.gov.br/legislacao/](http://www.presidencia.gov.br/legislacao/) - Acesso em 12/02/2010